

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.589.314 - RJ  
(2019/0285481-8)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**EMBARGANTE : EUDES FERREIRA DE SENA**  
**ADVOGADOS : BRUNO MEDEIROS DURÃO - RJ152121**  
**PEDRO LUIZ ISALTINO BRAGA - RJ189526**  
**EMBARGADO : BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA**  
**ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

### **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por EUDES FERREIRA DE SENA à decisão de fls. 97/98, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante que:

Diante dessas considerações, o embargante requer que seja conhecido o presente recurso e lhe seja dado integral provimento para modificar o acórdão que indeferiu a reforma da decisão que negou a concessão do benefício da gratuidade de justiça, concedendo-a.

Desta, forma, vem por meios desta que seja acolhida a representação devidamente em anexo e informar que como processo é eletrônico hoje em dia, não há necessidade de está juntando a todo momento a representação do patrono quando já foi feito no início desta demanda (fl. 110).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Veja-se que a parte embargante pretende o exame de mérito do recurso especial. Porém, esse exame restou prejudicado pela ausência de preenchimento dos pressupostos recursais e o consequente não conhecimento do recurso, que obstou a abertura desta instância superior e, portanto, a produção do efeito translativo. Portanto, não há que se cogitar da ocorrência de omissão, uma vez que o recurso sequer

ultrapassou o juízo prévio de admissibilidade para que o mérito fosse apreciado.

No caso, a parte recorrente, no momento da interposição do recurso, não procedeu à juntada da cadeia completa de procuração e/ou substabelecimento conferindo poderes ao subscritor do agravo e do recurso especial, Dr. Pedro Luiz Isaltino Braga.

Entretanto, o marco temporal de aplicação do Código de Processo Civil de 2015 é a intimação do *decisum* recorrido que, no presente caso, foi realizada após 18/3/2016, já sob a égide do novo *codex* processual.

De acordo com o Enunciado Administrativo n. 3 do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC", em observância ao princípio do *tempus regit actum*, ou seja, no presente caso aplicam-se as regras do Código de Processo Civil de 2015.

Não obstante, nos termos do art. 76, c/c o art. 932, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil, foi intimada a parte recorrente para regularizar a representação processual, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, sob pena de não conhecimento do recurso.

Mesmo diante da intimação da parte, não houve a devida regularização, uma vez que limitou-se a apresentar à fl. 93, apenas um substabelecimento, sem a procuração originária para o seu substabelecimento, Dr. Bruno Medeiros Durão.

Somente agora, em sede destes aclaratórios a parte trouxe os instrumentos de mandato com o fim de regularizar a representação, no entanto, não podem ser aceitos, em razão da preclusão (EDcl no AgInt no AREsp 1035562/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 13/11/2017; AgInt no AREsp 1367174/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/05/2019, DJe 21/05/2019; AgInt no AREsp 1415457/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/09/2019, DJe 05/09/2019; AgInt nos EDcl no REsp 1724522/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/09/2018, DJe 25/09/2018).

Registre-se, ainda, que a dispensa da juntada de procuração em processos eletrônicos, prevista no art. 1017, §5º do CPC, se aplica à interposição do agravo de instrumento para o Tribunal de Justiça, ou seja, a dispensa está voltada ao primeiro e

segundo grau de jurisdição, tendo em vista que, a princípio, compartilhariam o mesmo sistema eletrônico.

Porquanto, a referida dispensa não se estende ao STJ, cabendo à parte providenciar a juntada de cópia ou novo instrumento aos autos quando da interposição de recurso a esta Corte.

Sendo assim, não tem o condão de sanar tal vício a alegação da existência de procuração em autos principais, pois cabe à parte providenciar a juntada de cópia ou novo instrumento aos autos onde pretende interpor o recurso. A responsabilidade pelo traslado do instrumento é da parte.

Ademais, conforme já mencionado, foi dada a oportunidade, nesta Corte, da parte regularizar o vício, e, apesar disso, não houve a regularização.

Por fim, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado evidencia mera insatisfação com o resultado do julgamento, não sendo a via eleita apropriada para tanto. Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso – obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente